

**Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreenda que  
uma língua viva em diferentes culturas?\***

Maria Helena Mira Mateus  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Rio de Janeiro, Outubro de 2001

### **1. O problema**

Ainda que seja habitual afirmar-se que *a língua é um factor de identificação cultural*, é lícito questionar esta afirmação perante a constatação de que uma só língua identifica, frequentemente, culturas distintas. Assim sucede com o Inglês, o Castelhana, o Português ou as línguas faladas pelos Apaches e Navahos, no sudoeste dos Estados Unidos, idênticas às línguas do Atabasca, no norte do Canadá e no Alasca (Titiev, 1963:324).

Ao questionar a afirmação com que iniciei este artigo fui levada a rever diferentes perspectivas sobre as relações entre língua e cultura, começando por um dos primeiros filósofos que longamente discorreu sobre esta questão: Wilhelm von Humboldt. Um dos seus mais interessantes escritos tem o elucidativo título de "Sobre a origem das formas gramaticais e sobre a sua influência no desenvolvimento das ideias"<sup>1</sup>

Para Humboldt, as palavras são como "objectos reais" e as relações gramaticais servem apenas de nexos; mas o discurso só é possível com o concurso de ambas (p. 14). Contudo, o que caracteriza o mérito de uma língua são as suas formas gramaticais, que permitem a representação do pensamento abstracto<sup>2</sup>. As características da forma possibilitam o reconhecimento da "acção do pensamento", pelo que

uma língua nunca alcançará uma excelente constituição gramatical se não tiver o feliz privilégio de ser falada, pelo menos uma vez, por uma nação de inteligência viva ou de pensamento profundo (p. 33).

O nível superior de uma língua não está condicionado apenas pelo mérito da nação que a fala. Essa mesma língua contribui para o desenvolvimento do pensamento através da forma gramatical que

mesmo quando não dirigimos voluntariamente a atenção sobre ela, produz e deixa a impressão de uma forma, e deste modo favorece o desenvolvimento do pensamento abstracto (p.37).

Existe portanto, entre língua e pensamento caracterizador de uma nação (entenda-se também, cultura), uma dialética impulsionadora da elevação do pensamento abstracto, que tem como motor inicial a superioridade da comunidade nacional.

Humboldt é um verdadeiro epígono do Romantismo alemão, herdeiro de Herder e defensor de que o espírito de uma nação está contido na língua que fala. A obra acima referida, apresentada à Academia de Berlim em 1822, é uma expressão interessantíssima dessa perspectiva. Era o tempo da consolidação da nação alemã concebida por Bismark e concretizada na pessoa do imperador Guilherme I, caracterizando-se as nações a partir das respectivas dimensões culturais, uma das quais, a língua, surgia como relevante e aglutinadora<sup>3</sup>.

Passemos agora a uma outra perspectiva da relação língua-cultura.

Foi já nas primeiras décadas do século XX que linguistas e antropólogos norte-americanos, confrontados com a análise de línguas pouco ou nada conhecidas, nomeadamente as línguas ameríndias, defenderam uma perspectiva das relações língua-cultura e língua-pensamento que denominamos hoje "relativismo linguístico". De entre esses linguistas cabe pôr em relevo Benjamin Lee Whorf e Edward Sapir. Vejamos em que se funda a concepção relativista das suas obras.

Whorf era por formação profissional um engenheiro químico especializado na prevenção de incêndios, e por interesse e paixão um antropólogo e um linguista<sup>4</sup>. O contacto e a análise de línguas índias da América – que estudou orientado e apoiado por Edward Sapir –, sobretudo da língua dos Hopi, foram a base da teoria que desenvolveu durante os anos 30 sobre as relações entre língua e pensamento, com extensão para a interdependência língua-cultura. Estava-se então na época em que os intelectuais norte-americanos defendiam com veemência que os povos não industrializados tinham sistemas linguísticos, culturais e de pensamento tão complexos e válidos como os povos considerados mais avançados, perspectiva que se opunha ao determinismo biológico que

amarrava os povos a uma hierarquia sócio-político-económica decorrente das respectivas características genéticas, ou seja, todos os povos seriam pré-determinados nas suas capacidades intelectuais e culturais.

Em consequência de algumas análises de línguas ameríndias, Whorf registou diferenças estruturais entre essas línguas e as indo-europeias ocidentais, pondo em destaque, nomeadamente, um dos aspectos mais interessantes dessas diferenças - o facto de a língua Hopi poder transmitir numa única expressão o *espaço* e o *tempo*, diferentemente das línguas em que as duas noções se verbalizam em expressões independentes. Ora recorde-se que data de 1905 o artigo de Einstein que revolucionou a física newtoniana criando a teoria da relatividade restrita a qual, ao fazer a síntese da mecânica clássica, da óptica e da teoria electromagnética, vem propor que o espaço e o tempo não sejam independentes entre si mas relativos, formando a conexão espaço-tempo<sup>5</sup>.

Fascinado com o paralelismo entre a forma de expressão do tempo e do espaço na língua dos Hopi e uma das mais relevantes descobertas da teoria da relatividade, Whorf concluiu que a apreensão da realidade decorre das formas que a língua põe à nossa disposição. Veja-se um dos muitos exemplos da língua Hopi apresentados por Whorf para provar a apreensão espaço-tempo:

Entre as propriedades peculiares do tempo em Hopi estão a de que ele varia com cada observador, não permite a simultaneidade e não tem dimensões, isto é, não lhe pode ser atribuído um número maior do que um. Os Hopi não dizem: “Eu fiquei durante cinco dias” mas “Eu parti no quinto dia” (p. 216).

A dificuldade em traduzir com exactidão uma frase, mesmo entre línguas próximas como as indo-europeias ocidentais, é um argumento para reforçar a teoria do relativismo linguístico, já que essa dificuldade (ou impossibilidade) provaria que as línguas reflectem uma diversa apreensão da realidade.

Retomando a questão da integração do tempo e do espaço em línguas como o Hopi, e no que toca a este aspecto específico, diz Whorf:

“A língua Hopi evidencia um nível mais elevado de pensamento, uma análise mais racional das situações do que o nosso Inglês tão celebrado? Claro que evidencia. Neste aspecto e em vários outros, o Inglês comparado com o Hopi é como um cacete curto comparado com uma longa espada”. (Whorf, 1956:85).

Outras profundas diferenças verificadas entre línguas como o Inglês, o Sânscrito, o Chinês, o Japonês, o Maia ou as línguas Algonquim levam-no à conclusão de que

“Cada língua é um vasto sistema diferente dos outros no qual são ordenadas culturalmente as formas e as categorias pelas quais as pessoas não só comunicam como também analisam a natureza e os tipos de relações e de fenómenos, ordenam o seu raciocínio e constroem a sua consciência”. (ibid. p. 252).

É na sequência desta perspectiva que se compreende a seguinte frase:

“A afirmação de que “o pensamento é uma questão de linguagem” é uma generalização incorrecta da seguinte ideia, que estaria mais próxima da correcção: “o pensamento é uma questão das diferentes línguas”. (Whorf, 1956: 239)<sup>7</sup>

Benjamin Whorf critica a influência que a lógica formal tem na época sobre a ciência da linguagem, recusa a teoria de uma gramática universal, tal como recusa os princípios universais do pensamento:

“Não existe uma fonte universal do pensamento humano. Os falantes das diferentes línguas vêem o Cosmos diferentemente, por vezes de modo aproximado, por vezes de modo bastante diferente”.<sup>8</sup>

A personalidade fascinante de Whorf e a novidade das suas teorias marcaram fortemente, na época, a relação entre a linguística e as ciências exactas, a filosofia, a psico-sociologia e a religião. Por todas estas áreas Whorf se interessou com paixão e com uma poderosa e inteligente curiosidade. Alguns anos mais tarde, a antropologia cultural ainda se reconhece na sua teoria:

Não há muito tempo julgava-se como certo que os pensamentos de uma pessoa ditavam a sua escolha das palavras. Hoje em dia tal sequência está a ser posta em dúvida, pois alguns linguistas modernos são de opinião de que o contrário é que é verdade, e que as palavras que um indivíduo normalmente utiliza podem dirigir os seus pensamentos. O falecido Benjamin Whorf declarou claramente que um padrão socialmente aceite de

emprego de palavras é frequentemente anterior a certas formas culturalmente aprovadas de pensamento e de comportamento (Titiev, 1963:326).

O contacto de Whorf com Sapir, e a admiração que este brilhante linguista lhe dedicava, fez com que as posições dos dois fossem agregadas no que se denomina a hipótese de Sapir-Whorf. Na realidade, porém, existem bastantes diferenças na perspectiva de ambos sobre a relação entre língua e cultura.

Na obra de Sapir surgida em 1921 – publicada em 1954 em língua portuguesa na tradução de Mattoso Câmara – a relação entre língua, raça e cultura não implica uma interdependência:

Nada mais fácil que provar que um grupo de línguas não tem qualquer correspondência necessária com um grupo racial ou uma área cultural. Pode-se até mostrar que uma só língua não raro intercepta linhas de raça e cultura (pp.206-07).

A esta afirmação segue-se uma desenvolvida apresentação das diferentes raças que falam inglês, estendendo-se depois a mesma perspectiva às línguas germânicas e malaio-polinésias como grupos de línguas. E Sapir continua:

O que se dá com a raça, dá-se com a cultura (...) Línguas sem qualquer parentesco partilham de uma só cultura; línguas intimamente cognatas - quando não uma língua única - pertencem a círculos de cultura distintos (pp. 210-11).

Não há assim, para o linguista americano, qualquer relação de causa a efeito entre língua e cultura. E acrescenta:

todas as tentativas para estabelecer conexão entre tipos de morfologia linguística e certas fases correlatas de desenvolvimento cultural são vãs (p. 215)<sup>9</sup>.

Não obstante a clara afirmação da separação entre língua, raça e cultura, Sapir foi um linguista "mentalista" (por oposição ao mecanicismo reinante na época na linguística norte-americana) preocupado com a face oculta da língua, ancorada no subconsciente do homem. Também neste aspecto Sapir difere do relativismo linguístico whorfiano. A relação que estabelece entre língua e pensamento funda-se no conceito de que existe um nível abstracto e "profundo"

do sistema linguístico subjacente à superfície apreensível. Este conceito está patente, por exemplo, nas reflexões sobre os "valores" fonéticos de uma língua:

por trás do sistema de sons puramente objectivo, peculiar a uma língua e a que só se chega por laboriosa análise fonética, há um sistema mais restrito, 'íntimo' ou 'ideal', que, igualmente inconsciente talvez como sistema aos homens em geral, pode muito mais facilmente ser trazido para o campo da consciência, à maneira de um padrão definido, de um mecanismo psicológico (p. 63).

Se Sapir concluiu que este “sistema mais restrito” varia de língua para língua dado que a língua varia "sem que se lhe possa definir um limite", ou se, no contexto actual da linguística, ele poderia vir a aceitar a existência de princípios universais da gramática representados na mente dos falantes, e investigados hoje pela linguística no paradigma da cognição, é pergunta a que não podemos responder<sup>10</sup>.

A perspectiva da linguística mentalista inflectiu, nos últimos quarenta anos, para o desenvolvimento da linguística no paradigma da cognição de par com o espectacular aprofundamento no conhecimento do cérebro humano. Neste percurso, a ciência da linguagem tem sido orientada, desde meados dos anos 50, pela teoria desenvolvida por Chomsky que recusou logo de início uma análise das línguas puramente descritiva e fundamentada na psicologia behaviorista. A par da teoria desenvolvida por Chomsky, a linguística preocupa-se, desde então, com questões da origem e conhecimento da competência linguística, e tem como principal objectivo a procura dos princípios da gramática universal e dos parâmetros para os quais cada língua fixa um determinado valor. Neste contexto, todo o relevo foi atribuído à descoberta dos princípios da faculdade da linguagem que contribuem para a construção deste sistema cognitivo particular<sup>11</sup>.

Estamos, portanto, afastados da análise da diversidade das línguas com o fim de demonstrar que todas elas, na sua complexidade, provam o nível idêntico de complexidade cultural atingido pelas comunidades que as falam, pese embora a sua diversa maneira de interpretar a realidade (Whorf). Assim, a partir dos anos 60, a linguística denominada generativa procura utilizar os factos das línguas particulares para identificar os princípios da gramática universal (Chomsky, 1966: 182).

Desenvolvem-se então sistemas formais adequados para a construção de gramáticas capazes de enumerar e descrever as frases bem formadas das línguas naturais, permitindo, em última análise, captar os princípios universais subjacentes à diversidade de superfície, na qual se havia concentrado a atenção da linguística antropológica.

Enformada por uma perspectiva que colheu em Descartes algumas ideias básicas<sup>12</sup>, a teoria linguística marcante dos anos 60 e 70 radica na convicção de que o homem possui uma faculdade particular,

um tipo de organização intelectual única que não pode ser atribuída a órgãos periféricos nem à inteligência geral e que se manifesta no que podemos chamar o "aspecto criador" da utilização normal da linguagem (ibid.: 20).

Esse aspecto criador é demonstração da especificidade racional do homem – a sua capacidade de pensar – e é, ao mesmo tempo, decorrente dessa capacidade.

Tendo em conta que o objecto da investigação da linguagem

deixou de ser o estudo do comportamento linguístico ou os produtos desse comportamento para passar a ser os estados da mente/cérebro que fazem parte de tal comportamento (Chomsky, 1986: 23),

é compreensível que as características particulares do comportamento de uma sociedade, habitualmente denominadas cultura, tenham sido afastadas dos interesses dos linguistas.

Mesmo que, recentemente, o avanço do conhecimento sobre a dimensão neuro-psíquica do homem tenha vindo a demonstrar a importância das emoções nas formas gerais de comportamento – nas quais se inclui, naturalmente, a linguagem –, a análise das estruturas linguísticas mantém em clara separação a sua interpretação como manifestação das capacidades cognitivas e da organização conceptual do conhecimento, por um lado, e como actividade experienciada cultural e socialmente, por outro. Na penetrante e luminosa obra de Pinker sobre a linguagem como um "instinto", o autor afirma:

As invenções culturais variam imenso na sua sofisticação de sociedade para sociedade (...) Alguns grupos contam por nós nos ossos e cozinham em fogos acendidos com paus afiados, enquanto outros usam computadores e fornos de microondas. A linguagem, no entanto, destroi esta correlação. Há sociedades que estão na idade da pedra, mas não existe uma língua que esteja na idade da pedra" (Pinker, 1995: 27).

Estamos, portanto, longe de um relativismo psico-linguístico – ou seja, o homem é um produto da cultura envolvente, logo, as diferenças culturais espelham-se nas diferentes línguas que por sua vez denunciam formas diferentes de estar no mundo<sup>13</sup> – e mais longe ainda da perspectiva romântica que entendia a língua como um produto da cultura de um povo<sup>14</sup>.

O espaço de discussão sobre as relações entre língua e cultura tem sido progressivamente preenchido pelas preocupações dos sociolinguistas no que respeita às questões da variação linguística. A grande importância atribuída à variação das línguas, em interacção com a variação das sociedades, abriu campo para o estudo dos factores intervenientes nessa variação, internos e externos, históricos e resultantes do contacto entre línguas, e para o desenvolvimento das perspectivas teóricas nesta área<sup>15</sup>. Bilinguismo e multilinguismo, alternância de códigos, línguas mistas e línguas crioulas supõem, evidentemente, capacidades cognitivas e programas inatos, mas não estabelecem com essas capacidades e programas uma relação de causa a efeito. Ou seja, a variação das línguas não resulta apenas das capacidades cognitivas do homem, mas da interacção dos factores estritamente linguísticos e dos factores sociológicos.

O título deste artigo é transversal às questões até agora abordadas. E se o Português é um bom exemplo de uma língua falada como materna por comunidades de diferentes culturas, uma análise de alguns factores que levaram ao afastamento das variedades portuguesa e brasileira pode ajudar-nos a compreender uma aparente contradição.



## 2. Português europeu, português brasileiro

### 2.1. Encontro de línguas

O início da colonização do Brasil pôs em contacto o português europeu do século XVI com a língua falada pelos habitantes da terra recém-descoberta. Na altura, os índios eram em número muito superior aos portugueses que, durante largos anos, se viram obrigados a aprender a nova língua. Em 1561, escrevia do Brasil o Padre Manuel da Nóbrega que, "para lá", a língua da terra era a "mais principal ciência"<sup>16</sup> A missionação dos jesuitas reforçou a necessidade de aprendizagem da língua dos índios falada ao longo do litoral – uma das chamadas 'línguas gerais' –, utilizada pelos catequizados simultaneamente com o português<sup>17</sup>.

Poucos anos passados sobre a descoberta do Brasil, iniciou-se o tráfico de escravos negros para a América. Provindos de várias regiões e de várias etnias, é provável que já falassem

um dialecto crioulo-português, pois a nossa língua foi *geral* nas costas de África durante os séculos XV, XVI e XVII" (Neto, 1976:38).

Aliás, a existência desse crioulo, ou de um estado de crioulição do português no Brasil, tem sido motivo de polémica, conquanto não esteja atestado documentalmente. Pesquisas recentes em regiões do estado da Bahia reforçaram os argumentos dos defensores de uma possível origem crioula do português brasileiro, ainda que a discussão do problema se mantenha em aberto<sup>18</sup>.

Na hipótese de ter existido um crioulo permitindo a comunicação entre africanos de várias origens e entre estes e os portugueses, podemos interrogar-nos porque não se fixou esse crioulo como língua materna das gerações seguintes. As circunstâncias históricas da colonização brasileira tal não permitiram. Vejamos: nos primeiros tempos da colonização os índios sobrelevavam em número qualquer outra população, razão porque a missionação e muita comunicação quotidiana se fazia na língua geral de origem ameríndia<sup>19</sup>. Desde cedo, porém, e até ao século XIX, os barcos de traficantes de escravos não cessaram de deixar na costa brasileira incontáveis grupos de negros cujo número veio a ultrapassar rapidamente o dos primitivos habitantes da terra.

Por outro lado, no início do século XVII, a emigração de Portugal para o Brasil começou a intensificar-se, primeiro pelo encaminhamento para as terras americanas de milhares de casais açorianos, depois pela atracção que a riqueza da colónia exercia sobre todas as classes sociais (sobretudo durante o século XVIII) e, finalmente, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no século XIX. Todas estas circunstâncias forçaram a utilização do português e a sua extensão progressiva aos falantes das línguas gerais, mantendo-se apenas as línguas que hoje perduram como maternas em comunidades índias e, como foi dito, alguns vestígios de um crioulo afro-brasileiro.

Do contacto do português com as línguas dos nativos e com os crioulos africanos resultaram, naturalmente, influências várias na língua dos colonizadores. Estas influências eram reforçadas pelo facto de os filhos dos fazendeiros crescerem frequentemente em íntima ligação com os filhos dos escravos. Releve-se também o contacto do português com os largos grupos de emigrantes, europeus e asiáticos, que se fixaram no centro e sul do Brasil e que mantêm, em muitas circunstâncias, a sua própria língua no interior das respectivas comunidades. Estamos, portanto, diante de um interessante quadro multi-linguístico, paralelo ao que podemos encontrar noutras áreas da América, e que confirma a importância do contacto entre línguas para a compreensão da variação linguística.

Se a influência de factores exógenos (exteriores à língua) no *português brasileiro* pode reconstituir-se com fundamento documental e conhecimento histórico, a influência dos mesmos factores no desenvolvimento do *português europeu* desde a sua origem torna-se mais problemática para a explicação da variação, no tempo e no espaço, dentro das fronteiras políticas de Portugal. É certo que o contacto com os povos recém-descobertos, com as invasões do território por estrangeiros, e com as estreitas relações com outras nações europeias influíram, inevitavelmente, na variação do português europeu. Contudo, o facto de as fronteiras políticas de Portugal serem as mais antigas da Europa contrariou uma variação mais profunda provocada por factores exteriores, a qual foi sobrelevada pela acção de factores internos à própria língua.

## 2.2. Português e outras Línguas Românicas:

### uma só língua, diferentes culturas

Em face das diferentes circunstâncias que marcaram a variação do português europeu e do português brasileiro, discutirei em seguida a relação entre estas duas variedades do português com base nas mais relevantes características que são tradicionalmente consideradas, tanto no que as une, como no que as distingue.

De entre as línguas românicas que, no decorrer dos séculos, foram afirmando a sua independência, o castelhano é aquela que mais próxima está do português. Notáveis diferenças, no entanto, as separam, com relevo para os seguintes aspectos:

#### Nível fonético

a) O *n* e o *l* latinos em posição intervocálica foram suprimidos no Português e mantiveram-se em Castelhano:

<b>supressão</b> (Português)	<b>manutenção</b> (Castelhano)
manum>mão	manum>mano
solum>só	solum>solo
malum>mau	malum>malo

b) As vogais breves latinas acentuadas passaram a vogais abertas em Português e ditongaram em Castelhano:

<b>vogais abertas</b> (Português)	<b>ditongos</b> (Castelhano)
septem>sete	septem>siete
portam>porta	portam>puerta
sortem>sorte	sortem>suerte

c) Os grupos consonânticos latinos *cl*, *pl*, *fl* evoluíram para africadas no Português (graficamente *ch*, pronúncia [tʃ]) e para laterais palatais em Castelhano (graficamente *ll*, pronúncia [ʎ]).

<i>africadas</i> (Português)	<i>laterais palatais</i> (Castelhano)
clave>chave	clave>llave
pluvia>chuva	pluvia>lluvia
flamma>chama	flamma>llama

### Níveis morfológico e sintáctico

a) Construção dos tempos compostos, em que o auxiliar *haver* foi há muito substituído por *ter*, em contraste com o castelhano e o francês  
*tens falado* (Português) / *has hablado* (Castelhano) / *tu as parlé* (Francês).

b) Existência do *infinitivo flexionado* e do *futuro do conjuntivo* que não têm paralelo nas outras línguas românicas.

Uma frase como *É preciso comeres a sopa*, que pode ser substituída por *É preciso que comas a sopa*, tem uma forma flexionada do infinitivo do verbo, em concordância com o sujeito, que não ocorre em nenhuma das outras línguas românicas

*Il faut que tu manges la soupe* é diferente de *Il faut manger soupe*.

Oposição de significado entre o *futuro do conjuntivo* e, por exemplo, o *presente do indicativo*:

*Se puderes, vai viajar* e *Se podes, vai viajar*

c) Oposição de formas do *pretérito perfeito simples* e *composto* com diferentes valores de aspecto e de tempo, o que distingue o português das línguas românicas em que o perfeito simples tem um uso muito restrito.

A utilização, em português, do pretérito perfeito simples quando se remete para um processo localizado e concluído no passado (*O avião chegou atrasado*) permite usar o perfeito composto com valores diversos, como a iteração (*O avião tem chegado atrasado todos os dias*) e a continuidade que, do passado, vem até ao presente (*O avião tem estado parado*), o que não sucede com outras línguas românicas que usam sistematicamente o perfeito composto.

Muitos aspectos que separam o português do castelhano ficaram de fora nesta enumeração sumária. Acima de tudo, o léxico, que constitui um dos aspectos mais reveladores da histórica vivência de dois povos distintos embora geograficamente confinantes. Releve-se o facto de, no interior das próprias fronteiras, o castelhano conviver com comunidades falantes de diversas línguas e culturas.

Vejamos agora o que, no interior de uma só língua, a portuguesa, distingue a variedade brasileira (PB) da europeia (PE).

### Nível fonético

(a) *Vogais átonas* muito menos reduzidas em PB que em PE (e mesmo abertas como as pretónicas no nordeste brasileiro), al como sucede no Português falado em África.

PB		PE	
<i>partir</i>	p[a]rtir	<i>partir</i>	p[ɐ]rtir
<i>levar</i>	l[e]var	<i>levar</i>	l[i]var,
<i>morar</i>	m[o]rar	<i>morar</i>	m[u]rar
<i>leve</i>	lev[i]	<i>leve</i>	lev[i],
<i>more</i>	mor[i]	<i>more</i>	mor[i]

(b) Antes de /i/ tónico e átono, e antes de /e/ postónico, o /t/ e o /d/ realizam-se como *africadas* no PB, pronunciando-se como [tʃ] e [dʒ], enquanto em PE se mantêm como *oclusivas*.

PB		PE	
<i>tio</i>	[tʃ]io	<i>tio</i>	[t]io
<i>director</i>	[dʒ]irector	<i>director</i>	[d]irector
<i>bate</i>	ba[tʃ]i	<i>bate</i>	ba[t]e
<i>pede</i>	pe[dʒ]i	<i>pede</i>	pe[d]e

(c) Em final de sílaba e de palavra, o /l/ pronuncia-se como a *semivogal* [w] no PB, e *velariza-se* em PE (representado [ʎ]).

	PB		PE
<i>animal</i>	anima[w]	<i>animal</i>	anima[ʎ]
<i>Brasil</i>	Brasi[w]	<i>Brasil</i>	Brasi[ʎ]
<i>saltar</i>	sa[w]tar	<i>saltar</i>	sa[ʎ]tar

(d) O /r/ final de palavra admite variação de pronúncia no PB, podendo ocorrer como *vibrante simples* [r], *fricativa* [x], *aspirada* [h], ou ainda ser suprimido, enquanto em PE ocorre sempre como *vibrante simples*.

PB	<i>senhor</i>	senho[r] / senho[x] / senho[h] / senh [ó]
	<i>amar</i>	ama[r] / ama[x] / ama[h] / am[á]
PE	<i>senhor</i>	senho[r]
	<i>amar</i>	ama[r]

(d) As *sibilantes* em final de sílaba e de palavra mantêm-se como [s] a [z] no PB e pronunciam-se como palatais, [ʃ] e [ʒ], em PE (e em alguns dialectos brasileiros).

	PB		PE
<i>mesmo</i>	me[z]mo	<i>mesmo</i>	me[ʒ]mo
<i>peste</i>	pe[s]te	<i>peste</i>	pe[ʃ]te
<i>meninos</i>	menino[s]	<i>meninos</i>	menino[ʃ]

(f) introdução, no PB, de um [i] epentético entre duas consoantes que, em Português, não formam habitualmente grupo, enquanto em PE as duas consoantes se mantêm em sequência.

	PB		PE
<i>captura</i>	cap[i]tura	<i>captura</i>	ca[pt]tura
<i>absurdo</i>	ab[i]surdo	<i>absurdo</i>	a[bs]urdo
<i>pneu</i>	p[i]neu	<i>pneu</i>	[pn]eu

### Níveis morfológico e sintáctico

#### (a) Utilização dos *clíticos* de terceira pessoa

O PB vernacular perdeu os clíticos de terceira pessoa e apresenta, ao lado do objecto directo nulo (v. (1)), construções com os pronomes *ele / ela* e *lhe* (v. (2)):

	PB		PE
(1) as frases,	ele tinha lido (-) nos livros	as frases,	tinha-as lido nos livros
(2) eu vi	<i>ele</i> na rua	eu vi-	<i>o</i> na rua
	deixa <i>ela</i> comigo		deixa- <i>a</i> comigo
	quero <i>lhe</i> conhecer		quero conhecê- <i>lo</i>

#### (b) Colocação dos *clíticos* pronominais

Em PB estes clíticos são habitualmente colocados em posição proclítica enquanto, nas frases correspondentes, são colocados em posição enclítica no PE.

	PB		PE
	<i>me</i> diga uma coisa;		diga- <i>me</i> uma coisa
	a menina <i>se</i> levantou;		a menina levantou- <i>se</i>
	ele pode <i>se</i> aborrecer;		ele pode aborrecer- <i>se</i>

#### (c) Construções com *gerúndio*

As construções com gerúndio podem ter funções sintácticas de dois tipos: *progressivo* e de *predicados secundários*. Em ambos os casos se verifica que o PB apresenta construções com gerúndio ao passo que o PE apresenta quase sempre construções com infinitivo

*Progressivo:*

PB	PE
estava <i>brincando</i>	estava <i>a brincar</i>
vinha <i>correndo</i>	vinha <i>a correr</i>
estava <i>namorando</i>	estava <i>a namorar</i>

*Predicado secundário:*

PB	PE
Passou um ano <i>ouvindo</i>	Passou um ano <i>a ouvir</i>
Ela vê as crianças <i>brincando</i>	Ela vê as crianças <i>a brincar</i>

(d) Construções que exprimem *distância temporal*

Nestas construções, o PB utiliza os verbos *fazer* e *ter* e o PE usa o verbo *haver*.(sei que o PB também pode usar o verbo *haver*, mas o PE nunca utiliza, nestas circunstâncias, *ter* ou *fazer*)

PB	PE
Ele está em Paris <i>faz</i> três anos	Ele está em Paris <i>há</i> três anos
Ele se licenciou <i>tem</i> dois meses	Ele licenciou-se <i>há</i> dois meses

Além desta diferença de nível lexical, nota-se também uma distinção lexicosemântica, utilizando o PB estruturas inexistentes em PE

PB	Ele casou. <i>Não levou dois anos</i> e teve um filho
PE	Ele casou e <i>dois anos depois</i> teve logo um filho
PB	O Paulo parte para Roma <i>em</i> quinze dias
PE	O Paulo parte para Roma <i>dentro</i> de quinze dias

(e) Utilização de *ter* e *haver* com o significado de *existir*

Além da diferença de utilização entre referida em (d), os dois verbos têm uso diferente em PB e PE de *ter* e *haver* com o significado de *existir*.



- PB            *tem* fogo naquela casa  
 PE            *há* fogo naquela casa
- PB            no baile *tinha* muitos homens bonitos  
 PE            no baile *havia* muitos homens bonitos

(f) Presença/ausência de ***artigo antes de possessivo***

Em PB é habitual, antes de possessivo que precede o nome, a ausência de artigo, enquanto em PE está sempre presente.

- PB            Vou comprar *meu* vestido  
 PE            Vou comprar *o meu* vestido
- PB            Eu não conheço *tua* mulher  
 PE            Eu não conheço *a tua* mulher

**Formas de tratamento**

No Português Brasileiro, a utilização de *você* substitui, na maioria dos dialectos, o *tu* e o *você* (familiar) do Português Europeu. Enquanto em PE o tratamento deferente usa o nome próprio, o cargo, o título ou o grau de parentesco, no PB utiliza-se *o senhor*, *a senhora* e, no interior dos grupos profissionais, o cargo ou o título.

- PB        Já te disse que *você* não vai  
 PE        Já te disse que *tu* não vais / Já lhe disse que *você* não vai
- PB        *O senhor / a senhora* quer jantar?  
 PE        A Antónia / o Sr. Dr. / o Sr. Director / o tio / o meu amigo quer jantar?

Finalmente, o *léxico* brasileiro é um repositório de memórias da convivência entre diferentes povos, e contém, como seria de esperar, inúmeros vocábulos de origem ameríndia (p.ex. *guri* 'rapaz'; *capim* 'erva'; *pipoca* 'grão de

milho rebentado ao fogo'; *mingau* 'papa') e africana (p.ex. *caçula* 'filho mais novo'; *moleque* 'miúdo'; *senzala* 'habitação de escravos').

As diferenças que acima sumariei, num apanhado superficial, são detectáveis por falantes portugueses, brasileiros e estrangeiros. Mais: o português do Brasil é indubitavelmente mais fácil de compreender, a nível oral, por falantes de outras línguas devido sobretudo à audibilidade das vogais. Ocorre então perguntar: perante as diferenças indicadas, perante uma diversa atitude exterior em face das duas variedades, estaremos nós diante de duas línguas ou deveremos manter a mesma designação para as duas formas de falar?

De um ponto de vista estritamente linguístico, não há como provar que as diferenças inventariadas entre duas formas de falar próximas obrigam a que essas formas de falar passem a ser consideradas como duas línguas distintas. As únicas línguas a que, nos tempos recentes, foi reconhecido o estatuto de línguas independentes não são já, como se chamou às línguas românicas, "companheiras do império" mas "camaradas da revolução", e não nasceram da cisão no corpo disperso de uma comunidade linguística mas já existiam há várias gerações, em paralela afirmação de diferença. Estou a referir-me aos *crioulos* cuja emergência como línguas, ainda que ancorada em bases linguísticas, ocorreu num contexto histórico acentuadamente político.

Assim, sem possibilidade de demonstração linguística para a separação, em línguas distintas, das variedades de uma língua que vive em diferentes culturas, a manutenção dessas variedades no enquadramento do que se denomina uma língua é, em última análise, *uma opção política*. Ou seja, o termo "Português", que cobre as variedades sociolectais, dialectais e nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto envolvente transnacional.

Estarei, portanto, a sugerir que a língua é tão só um factor de importância político-económica? Não será ela também o tal factor de identificação cultural de que no início se falou? Como conjugar esta última definição com o facto óbvio de a mesma língua ser falada, como língua materna, por povos com diferentes referências culturais?

Até este momento apenas falei das variedades da língua, mas esteve sempre implícita a diversidade de culturas entre Portugal e o Brasil. O que foi dito sobre a influência das línguas que estiveram em contacto com o português na constituição da variedade brasileira tem como corolário a interpenetração das referências culturais dos povos que as falavam na constituição do povo brasileiro. Igual caminho de inter-influências culturais percorreram os portugueses. Religião, música, artes plásticas e literárias, relações sociais e parentais, etnicidade, referências de género e de juventude desvendam formas específicas de estar no mundo que, tal como a língua, variam no tempo e no espaço, mas distinguem de modo evidente e global, as sociedades dos dois lados do Atlântico.

Estamos portanto diante de duas formas do comportamento – a linguística e a que genericamente denominamos cultural. Ambas resultam da interacção das capacidades cognitivas e emocionais do homem e das orientações de comportamento que lhe são transmitidas pelo contexto social. A actividade linguística tem uma só natureza – realiza-se pela fala – e tem um nome: ‘língua portuguesa’, ‘língua francesa’, ‘língua japonesa’, ou outra. Mas esse nome cobre uma abstracção se não o concretizarmos na produção linguística de cada indivíduo. E é porque cobre uma abstracção que a língua pode servir uma opção política e sócio-económica <sup>23</sup>.

De igual modo, o termo ‘cultura’ cobre uma abstracção, mas a sua concretização distribui-se por diversas formas de comportamento cujas fronteiras são menos definidas. Daí que o seu poder simbólico tenha menor impacto num contexto plurinacional.

Se a concretização da *língua* se faz através da produção linguística individual, utilizada de acordo com o dialecto, o sociolecto e o próprio registo do indivíduo, também a *identificação cultural* é a realização, para cada pessoa, de uma determinada cultura abstractamente considerada. Assim, essa identificação cultural de que no início falei está intimamente ligada aos hábitos, crenças, actividades artísticas, relações parentais e sociais do meio restrito em que o indivíduo está inserido. Não pode, portanto, entender-se que a identificação cultural tenha, como referentes, as formas variantes que assumem esses aspectos culturais em todo o espaço onde se falam as diferentes variedades de uma mesma língua.

Em resumo, a língua materna de cada indivíduo contribui poderosamente para se reconhecer a si próprio e para ser reconhecido pelo outro. É na realidade *um factor de identificação cultural*, mas no uso, e pelo uso, que dela faz o indivíduo no contexto em que está inserido e não apenas por pertencer a uma das várias comunidades que a utilizam a mesma língua.

Para terminar, passemos um pouco em torno da frase de Fernando Pessoa mil vezes repetida e glosada: "A minha pátria é a língua portuguesa". Será que esse homem, que falava uma língua dispersa por vários continentes, preferia tal dispersão à envolvimento material de físicas fronteiras limitadoras? Ou será que, dividido o poeta entre várias pátrias que podia chamar suas mas a que se não sentia visceralmente ligado, só na língua que falava encontrava a sua identificação? Talvez por isso pôde explodir, dentro de si mesmo, numa constelação de personagens libertas da obrigação de viver. Porque a linguagem humana lhe ofereceu a possibilidade de não pertencer a nenhuma pátria.

## Referências

- ANDRADE, Ernesto d' e Alain Kihm (orgs.). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*. Lisboa: Edições Colibri.
- BAXTER, Alan (1992). A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do estado da Bahia. In Andrade e Kihm, 1992:7-35.
- CHOMSKY, Noam (1968). *Language and mind*. New York: Harcourt, Brace and Jovanovich. A edição utilizada foi a tradução francesa de Louis-Jean Calvet, *Le langage et la pensée*. Paris: Payot, 1969.
- CHOMSKY, Noam (1966). *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper and Row. A edição utilizada foi a tradução francesa de N. Delanoë e D. Sperber, *La linguistique cartésienne: un chapitre de l'histoire de la pensée rationaliste*. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- CHOMSKY, Noam (1986). *Knowledge of language. Its nature, origin and use*. New York: Praeger Publishers. A edição utilizada foi a tradução portuguesa de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves, *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- DUARTE, Inês (1998). Chomsky e Descartes: o uso estratégico de um argumento cartesiano e a fundação das Ciências da Cognição. In Ribeiro dos Santos, Alves e Cardoso (orgs.) *Descartes, Leibniz e a Modernidade*. Lisboa: Colibri, pp. 547-561.
- FARIA, Luisa Leal de (1999). Estudos culturais contemporâneos: construção, desconstrução e uma síntese possível. Lisboa: Universidade Aberta (não publicado).

- GUMPERZ, John J. (1971). *Language in social groups*. Stanford: Stanford University Press.
- HOLM, John (1992). Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In Andrade e Kihm, 1992:38-66.
- HUMBOLDT, Wilhelm von (1822-23). *De l'origine des formes grammaticales*. A edição utilizada foi a tradução espanhola de C. Artal, *Sobre el origen de las formas gramaticales*, Barcelona: editorial Anagram, 1972).
- LEAL, Ernesto de Castro (1999). *Nação e nacionalismos: a cruzada nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- NETO, Serafim da Silva (1950). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. A edição utilizada foi a 3ª, de 1976.
- PINKER, Steven (1995). *The language instinct: how the mind creates language*. New York: Harper Perennial.
- SAPIR, Edward (1921). *Language*. A obra utilizada foi a tradução portuguesa de Joaquim Mattoso Câmara, *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- TITIEV, Mischa (1968). *Introdução à antropologia cultural*. Tradução de João Pereira Neto, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- WHORF, Benjamin Lee (1956). *Language, thought, and reality*. Cambridge, Mass.: MIT Press. A edição utilizada foi a 30ª, de 1978.

\* Esta conferência é uma versão próxima da conferência apresentada em Évora (Portugal) por ocasião do Congresso sobre os 500 anos dos Descobrimentos Portugueses. A sua primeira versão beneficiou de uma leitura atenta das seguintes colegas e amigas, a quem agradeço: Inês Duarte, Maria João Freitas, Maria Antónia Mota, Marina Vigário e Luisa Leal de Faria.

<sup>1</sup> Dado que as citações de Humboldt são colhidas na tradução espanhola, apresento-as no texto em tradução portuguesa da minha responsabilidade.

<sup>2</sup> Só através da forma gramatical que as palavras assumem e das palavras gramaticais que "não designam nenhum objecto em geral mas somente uma relação (...), o desenvolvimento das ideias pode adquirir verdadeira expansão" (p. 15).

<sup>3</sup> Herder "encontrou na língua e na poesia a expressão mais genuína do povo e o mais poderoso factor de resistência às assimilações padronizadas por princípios políticos" (Leal, 1999, p. 31).

<sup>4</sup> Além destes, outros interesses preencheram a sua vida, como a astrologia, as culturas Maia e Azteca, as culturas orientais, a botânica, os conflitos entre ciência e religião. Ver a introdução de John Carroll à antologia de textos *Language, Thought and Reality*.

<sup>5</sup> "Sobre a electrodinâmica dos corpos em movimento", in *Analen der Physik*, 17, 891. A seguinte frase de Nathan Seiberg resume esta perspectiva: "I am almost certain that space and time are illusions. These are primitive notions that will be replaced by something more sophisticated".

<sup>6</sup> Veja-se um dos muitos exemplos da língua Hopi apresentados por Whorf para provar a apreensão espaço-tempo: "Among the peculiar properties of Hopi time are that it varies with each observer, does not permit of simultaneity, and has zero dimensions; i.e., it cannot be given a number greater than one. The Hopi do not say, "I stayed five days", but "I left on the fifth day" (Whorf, 1956: 216).

Posterioros estudos sobre o Hopi vieram contradizer as afirmações de Whorf, mostrando que essa língua contém tempo, metáforas para tempo, unidades de tempo e modos de quantificá-las. Cf. Pinker, 1995:63.

<sup>7</sup> Na continuação da frase citada, afirma Whorf: "The different tongues are the real phenomena and may generalize down not at any such universal as "Language", but to something better – called "sublinguistic" or "superlinguistic" – and not altogether unlike, even if much unlike, what we now call "mental" (ibid.:239).

<sup>8</sup> Completa esta ideia a concepção de que, através do desenvolvimento da investigação sobre as línguas nos possamos aproximar mais do conhecimento da realidade o que significará um crescimento mental da humanidade (Chase in Whorf, 1956, introdução p.X).

<sup>9</sup> Na sequência desta afirmação, torna-se evidente que as línguas não se distinguem valorativamente: "Tipos simples e complexos de linguagem, da mais infinita variedade, são encontradiços no uso falado, qualquer que seja o nível de progresso cultural que se submete a exame. Em se tratando de forma linguística, Platão vai de par com um porqueiro da Macedónia, Confúcio com um selvagem do Assuan, caçador de cabeças" (ibid. 215).

<sup>10</sup> Chomsky considera que Sapir, como Jakobson, teriam escolhido o caminho da linguística cognitiva se fossem postos perante a necessidade de escolher entre duas gramáticas – uma mais adequada do que outra para a explicação de experiências perceptuais incidentes sobre uma língua e, ainda, de produções de afásicos e de crianças (Chomsky, 1986: 53).

<sup>11</sup> Tal descoberta permitirá questionar "se estes princípios são ou não generalizáveis a outros casos, se uma abordagem que atinja um certo grau de êxito explicativo no caso da linguagem humana pode, pelo menos, funcionar como um modelo sugestivo para investigações semelhantes noutros domínios cognitivos" (Chomsky, 1986:16). Chomsky pensa que os princípios não são generalizáveis, mas que a abordagem pode ser sugestiva em outros domínios "tanto pelas suas realizações como pelos seus limites aparentes" (Ibid. p. 16). O que interessa aqui destacar é a crucial importância atribuída pela linguística actual à relação entre o estudo dos mecanismos cognitivos subjacentes à linguagem o conhecimento dos mecanismos cerebrais.

<sup>12</sup> Para um conhecimento mais aprofundado das ideias que Chomsky privilegiou na obra de Descartes, cf. Duarte, 1998, p. 555.

<sup>13</sup> Pelo contrário, a perspectiva da linguística no paradigma da cognição, quer entenda a linguagem como um produto da capacidade modular do cérebro, quer a entenda como um instinto, supõe que a aquisição da linguagem exige que o homem, ao nascer, seja detentor de que um programa que lhe permita a aprendizagem.

<sup>14</sup> Cf. acima o que foi dito sobre Humboldt.

<sup>15</sup> Não podemos já hoje aceitar as palavras de Gumperz, quando afirma: "comparisons of linguistic and social behavior have been impeded by the fact that linguistic and anthropological studies are rarely based upon comparable sets of data. While the anthropologist's description refers to specific communities, the universe of linguistic analysis is a single language or dialect, a body of verbal signs abstracted from the totality of communicative behavior on the basis of certain structural or genetic similarities" (Gumperz, 1971:97).

<sup>16</sup> Apud Neto, 1976: 31.

<sup>17</sup> Anchieta informava que os índios "aprendem as orações em português e na própria língua" (cf. Neto, 1976 31).

<sup>18</sup> Cf. Baxter, 1992 e Holm, 1992.

<sup>19</sup> O Pe António Vieira testemunhava que os jesuitas pregavam aos índios na língua deles "a qual os moradores pela maior parte entendiam" (cf. Neto, 1976:55).

<sup>21</sup> A palatalização da sibilante ocorre em alguns dialectos como o do Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> Comunicação pessoal de Inês Duarte

<sup>23</sup> Refira-se aqui a escolha de uma língua decidida, por vontade política, em países recém independentes, como factor de unidade nacional e de diferenciação em relação ao exterior.